

TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEXTA-FEIRA
26 DE ABRIL DE 2024



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. CNPJ: 76.494.806/0001-45
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Balancos patrimoniais
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2023	2022	Passivo	Nota explicativa	2023	2022
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.574	6.677	Fornecedores	16	6.853	5.422
Aplicações financeiras	9	2.554	1.060	Arrendamento	17	3.328	3.019
Contas a receber de clientes	10	28.530	23.111	Obrigações sociais e trabalhistas	18	16.628	14.748
Despesas antecipadas		624	615	Obrigações tributárias	19	4.353	3.280
Tributos a recuperar	11	1.417	1.927	Comissões e bonificações		1.667	1.723
Outras contas a receber	12	6.259	3.040	Adiantamento de clientes	20	5.934	161
				Outras contas a pagar	21	222	172
Total ativo circulante		45.958	36.430	Total passivo circulante		38.985	28.526
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Tributos a recuperar	11	-	18	Arrendamento	17	21.715	24.060
Depósitos judiciais	22	1.503	1.317	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	2.839	2.034
Ativo fiscal diferido	23.a	7.946	11.704	Adiantamento de clientes	20	3.610	-
Outras contas a receber	12	-	1.878				
Direito de uso	13	21.445	24.189				
Imobilizado	14	24.192	22.340	Total do passivo não circulante		28.165	26.094
Intangível	15	2.562	2.386				
Total do ativo não circulante		57.648	63.832	Patrimônio líquido			
Total do ativo		103.606	100.263	Capital social	24	16.696	16.696
				Reserva de capital		8.792	8.792
				Reservas de lucros		10.968	20.156
				Total do patrimônio líquido		36.456	45.643
				Total do passivo e patrimônio líquido		103.606	100.263

Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		67.097	68.042
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	14 e 15	6.961	5.989
Resultado da alienação de imobilizado		(58)	(88)
Baixa de imobilizado/intagível	14 e 15	657	2.322
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	301	72
Depreciação sobre direito de uso	13	4.404	4.175
Distratos de arrendamento	17	-	(71)
Juros sobre arrendamento	17	2.914	3.079
Provisão de bonificação de volume		3.090	2.139
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	806	(597)
Juros sobre alienação de investimentos	12	-	(319)
Atualizações dos depósitos judiciais e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	219	265
		86.392	85.006
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	10	(5.720)	4.911
Tributos a recuperar	11	528	(1.829)
Despesas antecipadas		(1.081)	(155)
Outros ativos		(5.477)	(976)
Fornecedores	16	1.431	682
Obrigações sociais e trabalhistas	18	1.880	26
Obrigações tributárias	19	1.073	(2.673)
Adiantamento de clientes	20	9.383	122
Outros passivos		(2.112)	(2.518)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		86.298	82.595
Pagamento de juros		-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	23	(11.527)	(6.092)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		74.772	76.503
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado/intangível	14	(9.505)	(10.800)
Recebimentos de alienação de investimentos	12	2.241	2.241
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(7.264)	(8.559)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos no exercício	24	(61.000)	(70.500)
Pagamentos de arrendamento	17	(6.610)	(6.373)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(67.610)	(76.873)
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(102)	(8.929)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	6.677	15.605
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	6.574	6.677
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(102)	(8.929)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações do resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	25	232.919	215.967
Custo dos serviços prestados	26	(95.906)	(86.330)
Lucro bruto		137.013	129.637
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	26	(41.289)	(38.519)
Despesas gerais e administrativas	26	(28.317)	(23.810)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	(301)	(72)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(1.791)	376
		(71.699)	(62.025)
Resultado antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		65.315	67.612
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	28.a	6.566	5.007
Despesas financeiras	28.b	(4.783)	(4.577)
Resultado financeiro, líquido		1.783	430
Resultado antes dos impostos		67.097	68.042
Imposto de renda e contribuição social correntes	23.b	(11.527)	(6.092)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23.b	(3.758)	6.864
Lucro líquido do exercício		51.813	68.814
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2021	16.696	8.792	3.339	18.502	-	47.329
Dividendos 2021 aprovados - AGO 50°	-	-	-	(18.502)	-	(18.502)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	68.814	68.814
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(17.203)	(17.203)
Dividendos complementares	-	-	-	-	(34.795)	(34.795)
Transferência entre reservas	-	-	-	16.816	-	16.816
Em 31 de dezembro de 2022	16.696	8.792	3.339	16.816	-	45.643
Dividendos 2022 aprovados - AGO 51°	-	-	-	(16.816)	-	(16.816)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	51.813	51.813
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(12.953)	(12.953)
Dividendos complementares	-	-	-	-	(31.231)	(31.231)
Transferência entre reservas	-	-	-	7.629	(7.629)	-
Em 31 de dezembro de 2023	16.696	8.792	3.339	7.629	-	36.456
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Demonstrações do resultado abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	51.813	68.814
Resultado abrangente do exercício	51.813	68.814
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da
Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles inter-

nos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de Abril de 2024.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-007945/F-7

Cristiano Aurélio Kruck
Contador CRC PR-054366/O-0

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia") com sede em Curitiba (PR) presta serviços sob regime de concessão pública não onerosa, de radiodifusão com finalidades educacionais, culturais, informativas, recreativas e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza. Suas principais atividades são a retransmissão da programação da TV Globo para as regiões das cidades de Curitiba e Londrina, com base em contrato comercial firmado com a TV Globo e a venda de anúncios publicitários em sua programação. O contrato com a Globo, estabelece os termos e condições para a retransmissão. A Companhia atua integradamente com empresas no âmbito do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas empresas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados. As licenças federais necessárias para atividades de televisão são concedidas pelas autoridades governamentais brasileiras e aprovadas pelo Congresso Federal. Estas licenças são concedidas individualmente e por região de atuação, não sendo exclusivas e tendo um prazo pré-determinado, e atualmente as licenças encontram-se vigentes.

2 Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são consistentes com aquelas adotadas e apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nessas demonstrações financeiras.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de abril de 2024.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Notas explicativas 6.10 e 17 - determinação do período de arrendamento e taxas de desconto;
- Nota explicativa 6.4 e 14 - revisão da vida útil e valor residual;
- Nota explicativa 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 23 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário. Além disso, a Empresa adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si.

6.1. Receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Publicidade	A receita com publicidade é reconhecida após a veiculação das inserções de mídia contratadas pelo cliente. Os recebimentos das vendas prestado ao cliente, ocorrem normalmente em um prazo médio de 28 dias. (21 dias em 2022).	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.

Direito de Uso de Programação	A Companhia possui receita relacionada a venda do uso de programação. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 28 dias. (29 dias em 2022)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção Comercial	A Companhia realiza serviços de produção comercial. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 34 dias. (33 dias em 2022).	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção de Eventos	A Companhia realiza serviços de produção e cobertura de grandes eventos. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 21 dias. (19 dias em 2022).	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Serviço de Geração Digital	A Companhia realiza serviços de envio de entrega e envio de materiais de mídia a serem veiculados por meio digital. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 20 dias. (22 dias em 2022).	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.

6.2. Receitas e despesas financeiras
 As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros e variação cambial.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

6.3. Imposto de renda e contribuição social
 O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
 A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido
 Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.4. Imobilizado
 O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (Nota explicativa nº 14), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, são as seguintes:

Itens do imobilizado	2023	2022
Edificações	25	25
Instalações	10	10
Equipamentos Telecomunicação	5-20	5-20
Máquinas e equipamentos	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Outros	7	7

6.5. Intangível
 Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com giro gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, dos itens do ativo intangível, principalmente, softwares é de 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.6. Instrumentos financeiros
(i) Reconhecimento e mensuração inicial
 O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, diretamente, para um item não adquirido ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente
 No reconhecimento inicial, os ativos financeiros da Companhia são classificados como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento

inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
 •é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
 •seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros- avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e juros
 Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento Ativos financeiros
 A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
 A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
 Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.7. Redução ao valor recuperável (Impairment)
(i) Ativos financeiros não-derivativos
Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:
 •ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
 •ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira:
 •títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
 •outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Os títulos recebíveis passam por todas as etapas de cobrança (cobrança interna, Serasa, Assessoria terceirizada e comitê jurídico) e após esgotadas todas as possibilidades de recuperação os valores não liquidados serão efetivamente contabilizados como incobráveis, dentro dos seguintes parâmetros (em reais 1):
 •Valores acima de R\$ 15.000,00: Após 90 dias de vencido;
 •Valores abaixo de R\$ 15.000,01: Após 360 dias de vencido.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:
 •é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

•o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperada
 As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação
 Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui

os seguintes dados observáveis:
 •dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
 •quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
 •reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
 •a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
 •o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
 A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
 O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

6.8. Capital social
 As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

6.9. Benefícios a empregados
Benefícios de curto prazo a empregados
 Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Outros benefícios de longo prazo a empregados
 A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

6.10. Arrendamentos
 No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
 A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.11. Provisões
 As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil, tributária e regulatório) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor liver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas
 Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26)
 As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Empresa não tem empréstimos bancários ou títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos.

Acordo de financiamentos de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)
 As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Não se espera que essa alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

Outras Normas
 Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (Alterações ao CPC 06).
- Ausência de convertibilidade (Alterações ao CPC 02)

8 Caixa e equivalentes de caixa

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: Caixa, Bancos - contas correntes, Aplicações Financeiras, Total.

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósito Bancário - CDB e aplicações financeiras em fundos DI de renda fixa são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancários - CDI, com taxa anual de remuneração de 102,28% do CDI em 2023 (100,63% do CDI em 2022). A administração espera utilizar estes valores no seu fluxo de caixa de curto prazo.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: Aplicações financeiras.

Correspondem a aplicações financeiras em fundo de ações exclusivo junto a instituição financeira BHY Mellon. Em 2023 a rentabilidade do fundo foi de 110,13% do CDI. Em 2022 a rentabilidade foi de 71% do CDI.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: Publicidade, Permutas, Outros, Perda por redução ao valor recuperável, Total.

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: A vencer, Vencidos até 30 dias, Vencidos de 31 até 60 dias, Vencidos de 61 até 90 dias, Vencidos de 91 até 180 dias, Vencidos de 181 até 360 dias, Vencidos acima de 361 dias.

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: Saldo em 1º de janeiro, Saldo em 31 de dezembro.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: Circulante, Não circulante, Total.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: Venda de participações (a), Partes relacionadas (b), Adiantamento a fornecedores (c), Outras, Circulante, Não Circulante.

(a) Trata-se dos valores a receber referente a venda das quotas da empresa LCP Imóveis Ltda. (anteriormente denominada RPC Lab Sistemas e Administradora de Bens Ltda.). Em 2020, a Companhia realizou a venda dos seus investimentos junto a LCP Imóveis Ltda., conforme 9ª Alteração do Contrato Social, datado de 24 de agosto de 2020, através do contrato de cessão de quotas, onde a negociação realizada junto aos cessionários estabelece todos os termos e condições do acordo celebrado pelo contrato, assim como valor e forma de pagamento que ocorrerá através de cinco pagamentos anuais no valor de R\$ 1.872, com vencimentos sempre ao dia 30 de novembro de cada ano, iniciando-se em 2020, a findar-se em 2024. As parcelas de longo prazo serão corrigidas pela variação do IGP-M (FGV).

Em 2023 foi realizado o recebimento dos valores correspondentes a quarta parcela no valor de R\$ 2.241, R\$ 368 a maior do que o valor da parcela, esse valor será compensado no recebimento da última parcela. Além disso não incorreram juros durante 2023, devido ao IGP-M ter apresentado índice negativo no período. Em 2022 ocorreu o pagamento da terceira parcela no valor R\$2.241e juros de R\$319.

(b) Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 relativos às operações com partes relacionadas, referem-se às transações entre as empresas do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação.

(c) Refere-se a valores de adiantamento realizados a fornecedores estrangeiros na aquisição de equipamentos para engenharia de telecomunicações, como transmissores e receptores de sinal digital para TV, antenas para TV, câmeras de filmagem, etc.

Table with 5 columns: Postos de transmissão, Imóveis, Veículos, Equipamentos de telecom, Total. Rows: Direito de uso, Atualizações de contratos, Novos, Baixas, Depreciação.

Table with 5 columns: Postos de transmissão, Imóveis, Veículos, Equipamentos de telecom, Total. Rows: Direito de uso, Atualizações de contratos, Novos, Baixas, Depreciação.

Table with 8 columns: Edifícios, Instalações, Móveis, Equipamentos telecom, Máquinas e equipamentos, Equipamentos de informática, Imobilizado em curso, Outros, Total. Rows: Em 31 de dezembro de 2021, Adições, Baixas, Depreciação, Baixas de depreciação, Em 31 de dezembro de 2022.

Table with 8 columns: Edifícios, Instalações, Móveis, Equipamentos telecom, Máquinas e equipamentos, Equipamentos de informática, Imobilizado em curso, Outros, Total. Rows: Adições, Baixas, Depreciação, Baixas de depreciação, Em 31 de dezembro de 2023.

Revisão e ajuste da vida útil estimada: A administração revisou os prazos de vida útil e valores residuais dos ativos e nenhum ajuste foi necessário.

Redução ao valor recuperável: De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.

Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não possui bens dados em garantia para processos judiciais.

Table with 4 columns: 2023, 2022, Custo, Amortização acumulada, Líquido, Líquido. Rows: 15 Intangível, Compositição do saldo contábil, Softwares, Marcas e Patentes, Intangível em Curso, Total.

Table with 4 columns: 2023, 2022, Software, Marcas e patentes, Intangível em curso, Total. Rows: Conciliação do saldo contábil, Em 31 de dezembro de 2021.

Table with 4 columns: 2023, 2022, Adições, Transferência, Baixas, Amortização, Baixas de Amortização. Rows: Em 31 de dezembro de 2022.

Table with 4 columns: 2023, 2022, Adições, Amortização. Rows: Em 31 de dezembro de 2023.

16 Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de fornecedores, é no montante de R\$ 6.853 (R\$ 5.422 em 2022) referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, equipamentos e prestadores de serviços de segurança e vigilância, limpeza e conservação, consultoria de recrutamento, direitos autorais, entre outros.

17 Arrendamento: Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamentos à uma taxa incremental de desconto da Companhia, e em contrapartida o ativo de direito de uso. A taxa de desconto utilizada para o cálculo foi definida pela data de vigência dos contratos, abaixo demonstramos as principais taxas utilizadas:

Table with 2 columns: Vigência (anos), Taxa (ao mês). Rows: 5, 10, 15, 20.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: Arrandamento, Em 1º de janeiro de 2023, Novos contratos, Atualizações de contratos, Juros apropriados no período, Amortização de arrendamentos.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: Arrandamento, Circulante, Não circulante.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: Arrandamento, Em 1º de janeiro de 2022, Novos contratos, Baixas, Atualizações de contratos, Juros apropriados no período, Amortização de arrendamentos.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: Arrandamento, Circulante, Não circulante.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: 18 Obrigações sociais e trabalhistas, Provisão para férias e encargos, Gratificações e PPR, Fator Acidentário de Prevenção - FAP, Outras obrigações sociais e trabalhistas.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: 19 Obrigações tributárias, PIS e COFINS, Imposto de renda e contribuição social, Outros tributos a recolher.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: 20 Adiantamento de clientes, Venda de Publicidade (a), Outros.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: 20 Adiantamento de clientes, Circulante, Não circulante.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: 20 Adiantamento de clientes, Total.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: 20 Adiantamento de clientes, Circulante, Não circulante.

(a) Referem-se a recursos adiantados por clientes para posterior veiculação de publicidade que deve ocorrer ao longo dos exercícios seguintes.

Table with 2 columns: 2023, 2022. Rows: 21 Outras contas a pagar, Partes relacionadas (a), Outras.

(a) Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 relativos às operações com partes relacionadas, referem-se às transações entre as empresas do GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, as quais estão, substancialmente, de acordo com as condições comerciais negociadas entre as partes levando em consideração a estrutura organizacional e operacional do Grupo, as quais, desta forma, poderiam ser diferentes caso fossem negociados com terceiros.

22 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

Table with 4 columns: Cíveis, Trabalhistas, Outros, Total. Rows: a) Riscos cíveis e trabalhistas provisionados, Provisões passivas, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Adições, Baixas, Saldo em 31 de dezembro 2023.

Table with 4 columns: Cíveis (i), Trabalhistas (ii), Outros, Total. Rows: Depósitos judiciais, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Adições, Atualizações, Baixas, Saldo em 31 de dezembro 2023.

Table with 4 columns: Cíveis, Trabalhistas, Outros, Total. Rows: Total de riscos provisionados 2023, Provisões passivas, Saldo em 1º de janeiro de 2022, Adições, Baixas, Saldo em 31 de dezembro 2022.

Table with 4 columns: Cíveis (i), Trabalhistas (ii), Outros, Total. Rows: Depósitos judiciais, Saldo em 1º de janeiro de 2022, Adições, Atualizações, Baixas, Saldo em 31 de dezembro 2022.

Table with 4 columns: Cíveis, Trabalhistas, Outros, Total. Rows: Total de riscos provisionados 2022, (i) Referem-se principalmente a reclamatórias cíveis relacionadas a danos morais e materiais decorrentes de questionamentos por supostas publicações de reportagens/matérias veiculadas.

(ii) Referem-se principalmente a pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participações nos lucros, entre outros pedidos.

b) A Companhia é parte em ações de naturezas cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, possíveis e remotas, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como possíveis em 31 de dezembro de 2023, para as quais não há provisão constituída é de R\$ 7.300, sendo trabalhistas R\$ 1.607, tributárias R\$ 2.332 e cíveis R\$ 3.361 (R\$ 4.963 em 2022, sendo trabalhistas R\$ 2.659, tributárias R\$ 2.204 e cíveis R\$ 100).

Table with 4 columns: Incra, Sat/Fap, PIS/Cofins, Sesc, Total. Rows: b) Riscos sociais, tributários e outros provisionados e depósitos judiciais, Provisões passivas, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Adições, Atualizações, Baixas, Saldo em 31 de dezembro 2023.

Table with 4 columns: Incra (i), Sat/Fap (ii), PIS/Cofins (iii), Sesc (iii), Total. Rows: Depósitos judiciais, Saldo em 1º de janeiro de 2023, Adições, Atualizações, Baixas, Saldo em 31 de dezembro 2023.

Table with 4 columns: Incra, Sat/Fap, PIS/Cofins, Sesc, Total. Rows: Saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro 2023, Provisões passivas, Saldo em 1º de janeiro de 2022.

Adições	-	(512)	(241)	-	(753)		
Atualizações	(153)	(990)	(250)	-	(1.393)		2023
Saldo em 31 de dezembro 2022	(2.280)	(13.372)	(3.183)	-	(18.835)		2022
Depósitos judiciais	Incra (I)	Sat/Fap (I)	Pis/Cofins (II)	Sesc (III)	Total		
Saldo em 1º de janeiro de 2022	2.120	11.828	2.670	1.233	17.851		
Adições	7	512	244	-	763		
Atualizações	153	990	250	145	1.538		
Saldo em 31 de dezembro 2022	2.280	13.330	3.164	1.378	20.152		

Saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro 2022

-	(42)	(19)	1.378	1.317
---	------	------	-------	-------

(i) Refere-se a Ação Ordinária nº 5002214-27.2010.401.7000, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, tal qual preconizam a Lei nº 10.666/03 os Decretos nº 6.042/07 e nº 6.957/09 e as Resoluções CNPS nº 1.308 e nº 1.309.

(ii) Referem-se as Ações Ordinárias nº 5042911-17.2015.404.7000, 5022209-21.2013.404.7000 e 2005.70.00.002620-7, tendo como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência de PIS e COFINS sobre outras receitas durante a vigência da Lei nº 9.718/98, até o advento das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e receitas financeiras decorrente da majoração de alíquotas promovida pelo Decreto nº 8.426/15, assegurando-lhe o direito de permanecer sujeita à alíquota zero prevista no Decreto nº 5.442/05, em respeito aos princípios da legalidade (arts. 5º, II e 150, I, 153, § 1º e 177, § 4º, I, b, da CF/88; e 97, do CTN) e da isonomia (art. 150, II, CF/88), e à própria norma de incidência das contribuições (art. 195, I, b, e §§ 9º e 12, da CF/88; art. 1º da Lei nº 10.637/02; e art. 1º da Lei nº 10.833/03).

(iii) Refere-se substancialmente a ação judicial cujo objetivo era ser reconhecida a inexigibilidade da contribuição ao Serviço Social do Comércio - SESC, a qual era cobrada das empresas, a alíquota de 1,5% sobre a folha de salários mensal, incluída no valor de "terceiros" arrecadada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Pleito que incluiu os depósitos judiciais feitos pela Companhia e a devolução dos valores recolhidos nos últimos 10 anos anteriores ao ajuizamento. Em 20 de junho de 2011 ocorreu o trânsito em julgado, referente a um dos períodos pleiteados, do último recurso ainda pendente, que deu parecer favorável a todo o pleito da Companhia, não cabendo mais qualquer recurso. Em 2013, 2020 e em 2021 ocorreram retornos parciais destes valores.

23 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração da Companhia possui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. A administração pode estimar com razoável segurança os lucros tributáveis futuros para os próximos cinco anos que garantem a compensação dos referidos créditos tributários existentes na data do balanço, conforme composição abaixo:

	2023	2022		2023	2022
Diferenças temporárias:					
Ativas					
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.357	3.682	TV Cultura de Maringá Ltda.	91	96
Provisão para participações nos lucros	9.518	8.366	TV Oeste do Paraná Ltda.	145	152
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	88	68	Editora Gazeta do Povo S.A.	823	375
Provisão para comissões e bonificação de volume	1.666	854	TV Esplanada do Paraná Ltda.	93	108
Outras provisões	218	168	TV Cataratas Ltda.	86	94
Tributos com exigibilidade suspensa (i)	9.499	12.287	Rádio e Televisão Imagem Ltda.	77	79
Prejuízo Fiscal	-	14.590	Rádio Intercontinental Ltda.	95	86
Passivas:					
Depreciação vida útil	(1.977)	(1.731)	Editora o Estado do Paraná S.A.	72	73
Base diferido IRPJ					
	23.370	38.284	Rádio Continental de Curitiba Ltda.	36	37
Base diferido CSLL					
	23.370	23.694	Rádio Cultura de Marialva	18	18
Alíquota fiscal vigente					
	34%	34%	Total	1.536	1.118
Imposto diferido ativo, líquido					
	7.946	11.704			

(1) Se refere aos valores depositados, sem atualização monetária, a título de PIS, COFINS, INSS INCRA, SAT/FAP. Os processos tem como ré a União Federal, em que se postula o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT e da sua flexibilidade pelo FAP, o reconhecimento da inconstitucionalidade e a ilegalidade da exigência de PIS e COFINS sobre outras receitas durante a vigência da Lei nº 9.718/98, até o advento das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e receitas financeiras decorrente da majoração de alíquotas promovida pelo Decreto nº 8.426/15, assegurando-lhe o direito de permanecer sujeita à alíquota zero.

Os passivos e ativos diferidos de imposto de renda e da contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaborados com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

b. Reconciliação do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2023	2022		2023	2022
Resultado antes do IRPJ e CSLL					
Alíquota (%)	67,097	68,042	Editora Gazeta do Povo S.A.	4.166	3.261
Imposto de Renda e Contribuição Social aplicados à alíquota	22.813	23.134	TV Oeste do Paraná Ltda.	1.451	1.371
Compensação de Propaganda Eleitoral (i)	(9.143)	(20.572)	TV Cultura de Maringá Ltda.	955	906
Compensação de Prejuízo Fiscal	(2.372)	-	TV Esplanada do Paraná Ltda.	921	836
Lei Rouanet	(100)	-	TV Cataratas Ltda.	890	872
Ajustes IRPJ/CSLL anos anteriores (ii)	-	(3.922)	Rádio e Televisão Imagem Ltda.	769	771
Arrendamento - CPC 06(R2)	240	275	Rádio Intercontinental Ltda.	1.013	940
Impairment de imposto de renda diferido	3.647	-	Editora o Estado do Paraná S.A.	634	667
Despesas inadotáveis, outras (adições) exclusões, líquidas (iii)	(47)	313	Rádio Continental Ltda.	379	338
Outras exclusões, líquidas	246	-	Outros	190	147
Despesa (receita) de IRPJ e CSLL no exercício	15.284	(772)	Rádio Cultura de Marialva Ltda.	1	2
Imposto de renda e CSLL corrente	11.527	6.092	Outras	-	1
Imposto de renda e CSLL diferido	3.758	(6.864)	Radio Continental de Curitiba Ltda.	5	-
			Total	21	47

(i) Dedução de propaganda eleitoral conforme previsto no Decreto Federal nº 7.791/2012.

(ii) Ajustes no resultado inerentes a conciliação dos saldos de crédito de IRPJ/CSLL correntes de anos anteriores e ajustes relativos as provisões temporárias na apuração de IRPJ/CSLL diferidos.

(iii) Trata-se do efeito da movimentação ocorrida no IRPJ e CSLL diferido, compreendendo a variação nos saldos de provisões contábeis.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social é de R\$ 16.696, composto por 13.800.000 ações ordinárias sem valor nominal.

b. Reserva de capital
A reserva de capital é constituída basicamente com com valores referentes a Incentivos fiscais, enquanto não capitalizados, que poderá ser utilizado pela Companhia para aumento de capital. Em 2023 e 2022 o saldo da reserva de capital é de R\$ 8.792.

c. Reserva de lucros
(i) **Reserva legal**
Composto pela reserva legal, constituída na proporção de 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social. Em 2023 e 2022 não houve constituição devido à reserva legal já ter atingido o limite obrigatório.

(ii) **Retenção de lucros**
Refere-se ao saldo excedente ao dividendo mínimo de 25% do capital social que será proposto e pago no exercício seguinte. Em 2023 o saldo da reserva de lucro é de R\$ 7.629, já em 2022 foi de R\$ 16.816.

c. Dividendos
Aos acionistas são destinados dividendos mínimos de 25% do resultado de cada exercício, apurados depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido e limitados a 20% do capital social integralizado.

	2023	2022		2023	2022
Dividendos propostos sobre o lucro aprovados em AGO					
Dividendos mínimos obrigatórios	16.816	18.502			
Dividendos complementares deliberados sobre lucro do ano	12.953	17.203			
	31.231	34.795			
Total de dividendos distribuídos e pagos no ano					
	61.000	70.500			

25 Receita operacional líquida

	2023	2022		2023	2022
Receita operacional bruta:					
Publicidade	236.453	219.552			
Produção de comerciais	2.555	1.766			
Geração digital	2.167	1.883			
Outras vendas	5.396	5.470			
	246.571	228.671			
Deduções:					
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(13.652)	(12.704)			
	232.919	215.967			

26 Custo dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas e de vendas

	2023	2022		2023	2022
Despesa de pessoal					
Serviços prestados por terceiros	(70.636)	(63.161)			
Comissões vendas	(43.292)	(39.359)			
Depreciação e amortização	(19.888)	(18.046)			
Depreciação CPC 06 (R2)	(6.981)	(5.989)			
Propaganda e publicidade	(4.405)	(4.175)			
Despesa com comunicação	(7.785)	(7.040)			
Despesa com equipamentos de informática	(2.202)	(2.671)			
Recuperação de gastos compartilhados (a)	(5.466)	(4.015)			
Manutenção predial	9.603	8.694			
Outras despesas	(1.754)	(1.146)			
	(12.726)	(11.752)			
	(165.512)	(148.660)			
Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função:					
Custos dos serviços prestados	(95.906)	(86.330)			
Despesas com vendas	(41.289)	(38.519)			
Despesas gerais e administrativas	(28.317)	(23.810)			
	(165.512)	(148.659)			

(a) Refere-se ao rateio de despesas do centro de serviços compartilhado entre as empresas pertencentes ao GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e algumas despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateados.

	Recuperação de despesas (*)		Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
	2023	2022					
Editora Gazeta do Povo S.A.	4.166	3.261					
TV Oeste do Paraná Ltda.	1.451	1.371					
TV Cultura de Maringá Ltda.	955	906					
TV Esplanada do Paraná Ltda.	921	836					
TV Cataratas Ltda.	890	872					
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	769	771					
Rádio Intercontinental Ltda.	1.013	940					
Editora o Estado do Paraná S.A.	634	667					
Rádio Continental Ltda.	379	338					
Outros	190	147					
Rádio Cultura de Marialva Ltda.	1	2					
Total	11.368	10.115					

(*) Do total de recuperação de despesas em 2023, R\$ 9.603 referem-se aos gastos compartilhados (R\$ 8.694 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente aos gastos compartilhados a Companhia também recupera gastos que ocorrem exclusivamente para cada uma das empresas que compõem o GRPCOM, portanto, estão incluídas neste montante. O total de gastos recuperados desta natureza em 2023 foi de R\$ 1.773 (R\$ 1.402 em 2022).

27 Outras receitas (despesas) operacionais

	2023	2022		2023	2022
Juros por aplicações financeiras					
Juros ativos	2.309	2.888			
Receita com juros (a)	2.050	1.666			
Variação cambial ativa	2.025	124			
Outras receitas financeiras	175	9			
Total de receitas financeiras	9	320			
Total	6.566	5.007			
b. Despesas financeiras					
Variação cambial passiva					
Juros passivos	(230)	(35)			
Despesas com juros de arrendamentos	(1.481)	(1.393)			
Despesas e tarifas bancárias	(2.913)	(3.080)			
Outras despesas financeiras	(35)	(8)			
Total de despesas financeiras	(4.783)	(4.577)			
Resultado financeiro líquido	1.783	430			

(a) Variação apresentada em 2023 refere-se a juros de atualização de crédito fiscais decorrentes do processo nº 5063480-63.2020.404.7000.

29 Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas e precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes e devem ser liquidados conforme acordado em contrato pré estabelecido.

Contas a Receber de Partes Relacionadas

	2023	2022		2023	2022
Contas a Receber de Partes Relacionadas					
TV Cultura de Maringá Ltda.	91	96			
TV Oeste do Paraná Ltda.	145	152			
Editora Gazeta do Povo S.A.	823	375			
TV Esplanada do Paraná Ltda.	93	108			
TV Cataratas Ltda.	86	94			
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	77	79			
Rádio Intercontinental Ltda.	95	86			
Editora o Estado do Paraná S.A.	72	73			
Rádio Continental de Curitiba Ltda.	36	37			
Rádio Cultura de Marialva	18	18			
Total	1.536	1.118			
Contas a Pagar de Partes Relacionadas					
Editora Gazeta do Povo S.A.	8	16			
TV Oeste do Paraná Ltda.	2	8			
TV Cultura de Maringá Ltda.	2	5			
TV Esplanada do Paraná Ltda.	1	11			
TV Cataratas Ltda.	2	4			
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	1	2			
Outras	-	1			
Radio Continental de Curitiba Ltda.	5	-			
Total	21	47			
Despesas					
Recuperação de despesas (*)					
2023					
Editora Gazeta do Povo S.A.	4.166	3.261			
TV Oeste do Paraná Ltda.	1.451	1.371			
TV Cultura de Maringá Ltda.	955	906			
TV Esplanada do Paraná Ltda.	921	836			
TV Cataratas Ltda.	890	872			
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	769	771			
Rádio Intercontinental Ltda.	1.013	940			
Editora o Estado do Paraná S.A.	634	667			
Rádio Continental Ltda.	379	338			
Outros	190	147			
Rádio Cultura de Marialva Ltda.	1	2			
Total	11.368	10.115			

FALECIMENTOS 

Terezinha das Neves Teixeira, 79 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Paroquial do Umbará.

Arlete Aneuzi Ferreira Silva, 76 anos, sepultamento hoje, no Crematório Vaticano (Alm. Tamandaré).

Ravilson Antônio dos Santos, 53 anos, sepultamento hoje, no Cemitério São João (Irati).

Hisao Yamaguti, 89 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim da Paz.

Matheus Felipe Vaz, 19 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal Bom Jesus dos Passos (Piraquara).

Richard Paul Schell, 50 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

Avelino da Silva Mira Neto, 40 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Senhor do Bonfim (S.J.Pinhais).

Suely Vassel, 80 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Parque Iguacu.

Maria Tereza dos Santos, 83 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

Nair Rodrigues Vieira da Silva, 67 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal Bom Jesus dos Passos (Piraquara).

Mário Aparecido da Souza, 62 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

Jandette Monteiro de Oliveira, 83 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal de Campo Magro.

Joaquim Correia da Silva, 85 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Vertical.

Matilde Dufloth, 70 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Paroquial do Umbará.

Leila do Rocio Santos, 69 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Jardim da Saudade.

Francisco Kochinski, 89 anos, sepultamento hoje, no Cemitério São Miguel (Araucária).

Maria Cipriana Marcondes, 49 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Pedro Fuss (S.J.Pinhais).

Nicolas Ferreira Piovesan, 18 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal Bom Jesus dos Passos (Piraquara).

Pedro de Cristo Sobrinho, 78 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

Angelo Claudino, 100 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Sagrada Família.

Luis Alonso Trindade, 17 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal de União da Vitória.

Perci Brandt, 84 anos, sepultamento hoje, no Cemitério Municipal do Água Verde.

PRA DENUNCIAR

 Reprodução/Vídeo

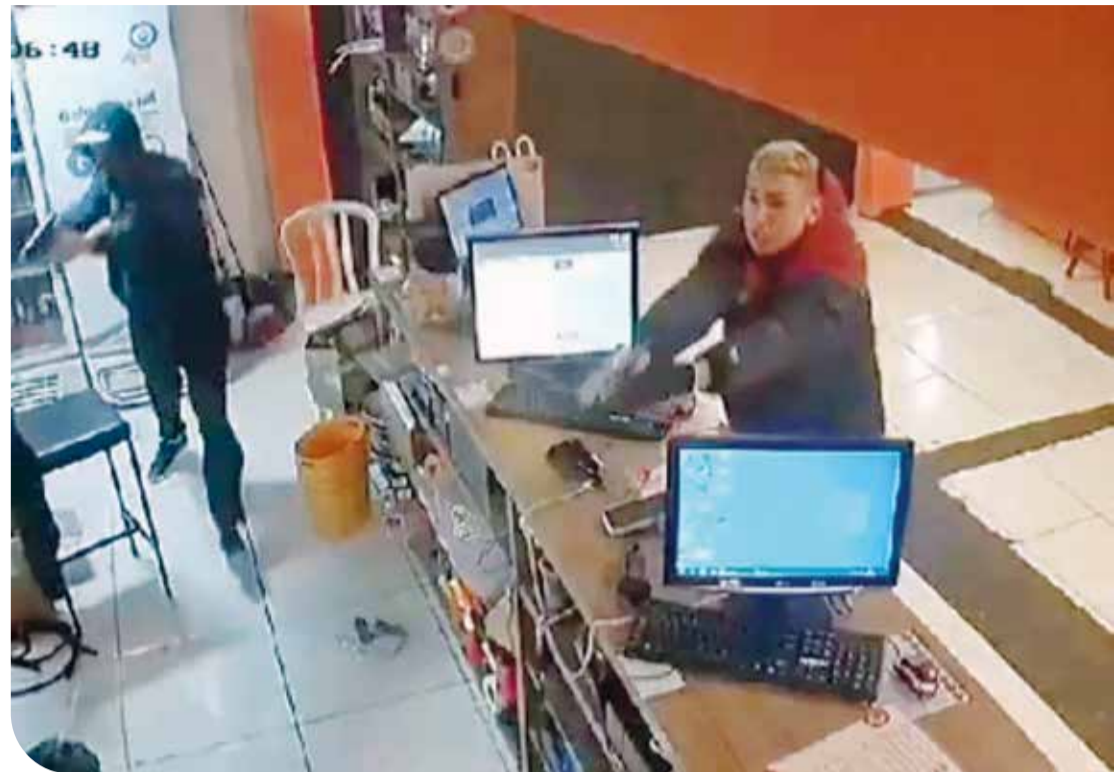
Polícia pede ajuda para encontrar suspeito de homicídio em cidade da RMC

 Redação
jornalismo@tribunadoparana.com.br

A Polícia Civil do Paraná (PCPR) divulgou imagens de suspeitos de homicídio ocorrido no dia 6 de fevereiro, no bairro São Gabriel, em Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba.

De acordo com as investigações, a vítima, de 33 anos, estava do lado de fora de um bar, quando dois homens chegaram de carro e atiraram. O alvo dos tiros tentou correr, entrou no local, foi seguido pelos indivíduos e, ao sair do estabelecimento, morreu no meio da rua.

A PCPR segue investigando o fato e realizando diligências a fim de estabelecer a dinâmica e motivação do



crime. “Eles entram no estabelecimento armados, perseguem a vítima e fazem vários disparos. A vítima veio a óbito pelos ferimentos. É possível ver que um homem está com o rosto encoberto, mas o outro sem nenhum tipo de proteção, identifi-

cando seu rosto. Divulgamos as imagens para recebermos denúncias. As denúncias são seguras, feitas no anonimato”, disse o delegado-adjunto Igor Moura, da Delegacia do Alto Maracanã.

Denúncias à PCPR podem ser feitas por colaboração da

população, com informações que auxiliem na localização dos procurados. As denúncias podem ser feitas de forma anônima pelos telefones 197 da PCPR, 181 do Disque-Denúncia ou pelo Whatsapp (41) 3605-6551, diretamente à equipe de investigação.

ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARANÁ
Campus União da Vitória

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 90003/2024

Objeto: Aquisição de UNIFORMES PARA OS JOGOS, OUTROS UNIFORMES, TECIDOS, AVIAMENTOS, BANDEIRAS E EPI, com vistas a atender às necessidades dos diversos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Edital: 26/04/2024 das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h30. Endereço: Av. Av. Paula Freitas, nº 2800 - São Braz. CEP: 84603-264 - União da Vitória/PR ou www.comprasnet.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 26/04/2024 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/05/2024 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

Comunicado de Extravio

Comunico o extravio dos Livro de Registro de Atas de Assembleias nº 001, registrado na JUCEPAR sob o nº 66.718 e o Livro de Presença de Acionistas nº 002, da empresa Radio e Televisão Iguacu S/A, CNPJ 76.600.188/0001-70.



Anuncie suas
atas e editais
aqui, ligue:

 (41) 3515-8731

 publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA



Anuncie suas **atas e editais** aqui, ligue:

 (41) 3515-8731

 publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

**TRI
BU
NA**

TBR260424 pdf

Código do documento 4bf55278-6c86-4c17-a277-46bd8540afeb



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

25 Apr 2024, 22:27:00

Documento 4bf55278-6c86-4c17-a277-46bd8540afeb **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-25T22:27:00-03:00

25 Apr 2024, 22:27:38

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-25T22:27:38-03:00

25 Apr 2024, 22:28:14

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Assinou Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.143.96 (bfb18f60.virtua.com.br porta: 11448).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105. - DATE_ATOM: 2024-04-25T22:28:14-03:00

Hash do documento original

(SHA256):255a08ffc30a2740c136b1e57dd14064b17184e1960b2bbb826786ed70821cc6
(SHA512):8fe1307565cea62ae42821542e14a1e805d1a4412bef302b95e7f867c94f9a9b7eb07a680e42fbb306a20301b005cfa39d4cf7b2e04e4f3dcbc110c92f6604a6

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign